

Momento de Decisão

O Congresso foi convocado, extraordinariamente, para votar, entre 11 e 31 de janeiro, os projetos que excederam o período normal de funcionamento da Câmara e do Senado, num ano atropelado pelo *impeachment* de Fernando Collor: deputados e senadores perderam, porém, a primeira semana em discussões triviais e com a aprovação de aumentos de despesas, como o reajuste do funcionalismo, que os beneficia igualmente.

Os deputados deveriam demonstrar solidariedade com o Executivo numa administração compartilhada da crise brasileira. Ninguém se ilude com aumentos nominais de 100% de salários, como foi dado ao funcionalismo. A sociedade sabe que reajustes de salários não cortam as causas da inflação. A opinião pública preferiria que a Câmara revelasse a mesma presteza de votar o aumento do funcionalismo (e o Senado repetisse o expediente de aprovar a matéria no mesmo dia) nos assuntos relevantes — como o ajuste fiscal, que mexe com o bolso do cidadão, e os gastos das empresas, com reflexos diretos na retomada das funções do Estado na área social e de infra-estrutura. E, também, em relação à regulamentação do plebiscito, à licitação de obras públicas, à reforma partidária e à modernização dos portos (ainda pendente no Senado).

É péssimo o estado das estradas. Os hospitais federais carecem de recursos e os governos estaduais e municipais não dão conta do serviço por falta de repasse nas verbas do SUS. Na educação, corre-se o risco dos estudantes voltarem às aulas no final de fevereiro sem merenda e material escolar, porque o Ministério da Educação não terá dinheiro.

A partir de hoje, deputados e senadores não têm mais desculpa para não votarem, como aconteceu na primeira semana de convocação extraordinária. Se a votação do ajuste fiscal — que inclui a criação do Imposto Provisório sobre Movimentação Financeira — for mais uma vez adiada, o país poderá atravessar o trimestre sem orçamento definido.

Aprovado hoje, o ajuste fiscal terá ainda de ser submetido à sanção do Senado, cujo regimento estipula 18 dias para a tramitação de projetos. A arrecadação proporcionada pelo ajuste, só estaria definida em abril, quando o Executivo poderia cobrar o IPMF. Esses três meses de atraso significariam perda de US\$ 1,7 bilhão, com graves prejuízos para os programas sociais do governo e para a população.

Está em jogo na convocação extraordinária do Congresso a viabilidade do controle da inflação, mediante uma política fiscal capaz de calçar os gastos do Estado e de liberar a política monetária da rigidez dos juros altos que levam à recessão e ao desemprego; de outra parte, a possibilidade do governo minimizar, através de políticas compensatórias nos campos econômico e social, os efeitos da redução de 10% na renda *per capita* do país desde 1989.

O comportamento deprimente da economia brasileira nos últimos três anos (recorde mundial de inflação) não se deve apenas aos erros de política econômica e às crises geradas pelo próprio governo. O Congresso tem grande responsabilidade pelo que faz ou deixa de fazer, quando disputa com o Executivo um concurso paralelo de quem gasta mais e se exime da responsabilidade de proteger o contribuinte.